



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Incidente de Julgamento de Recurso de Revista e de Embargos Repetitivos

0011327-56.2023.5.03.0153

Relator: KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 10/02/2025

Valor da causa: R\$ 53.000,00

Partes:

SUSCITANTE: Ministro Aloysio Corrêa da Veiga - Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

SUSCITADO: TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RECORRENTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE VARGINHA E REGIAO

ADVOGADO: MATHEUS DOMINGUETI

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN

ADVOGADO: HUMBERTO MARCIAL FONSECA

ADVOGADO: JOSE EYMARD LOGUERCIO

RECORRIDO: ITAU UNIBANCO S.A.

ADVOGADO: MAURI MARCELO BEVERVANCO JUNIOR

CUSTOS LEGIS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

PROCESSO Nº TST-IncJulgRREmbRep - 0011327-56.2023.5.03.0153

SUSCITANTE : **Ministro Aloysio Corrêa da Veiga - Presidente do Tribunal Superior do Trabalho**

SUSCITADO : **TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

RECORRENTE : **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE VARGINHA E REGIAO**

ADVOGADO : Dr. JOSE EYMARD LOGUERCIO

ADVOGADO : Dr. NASSER AHMAD ALLAN

ADVOGADO : Dr. HUMBERTO MARCIAL FONSECA

ADVOGADO : Dr. MATHEUS DOMINGUETI

RECORRIDO : **ITAU UNIBANCO S.A.**

ADVOGADO : Dr. MAURI MARCELO BEVERVANCO JUNIOR

CUSTOS

LEGIS : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

ADVOGADA : Dra. JANETI DA CONCEICAO AMARO DE PINA GOMES MELLO

KA/dng

DECISÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA FENABAN. PEDIDO DE INGRESSO COMO *AMICUS CURIAE* INDEFERIDO.

Trata-se de embargos de declaração opostos pela Federação Nacional dos Bancos – FENABAN em face da decisão que indeferiu o pedido de ingresso, no presente incidente de julgamento de recursos repetitivos (Tema 150), na qualidade de *amicus curiae*.

Sustenta a embargante, em síntese, a existência de omissões e contradições na decisão, ao argumento de que não teria sido devidamente considerada: (I) a especialização técnico-jurídica da FENABAN em temas processuais e de impacto econômico; (II) o histórico de sua atuação como *amicus curiae* em outros incidentes julgados por esta Corte; e (III) a relevância institucional da entidade, diante do elevado volume de demandas coletivas e execuções individuais envolvendo o setor bancário. Ao final, requer o saneamento dos apontados vícios, com a consequente admissão da FENABAN como *amicus curiae* ou, sucessivamente, o recebimento da petição como pedido de reconsideração.

Registre-se, contudo, que, nos termos do art. 138, caput, do CPC, a decisão que admite ou indefere a participação de *amicus curiae* é irrecorrível, o que conduz ao não conhecimento dos presentes embargos de declaração.

De toda sorte, ainda que fosse superado o óbice ao conhecimento, não se verificam as omissões ou contradições apontadas. A decisão embargada indicou expressamente os critérios utilizados para a admissibilidade do *amicus curiae* no âmbito deste incidente (relevância da matéria, especificidade do tema, repercussão social, representatividade adequada, pertinência temática e utilidade concreta da contribuição). Ao examinar o pedido da FENABAN, concluiu, de forma motivada, que, embora reconhecida a representatividade setorial e o impacto econômico da tese para o setor bancário, tais elementos não se revelam suficientes, no caso concreto, para evidenciar especialização técnico-jurídica específica quanto ao núcleo da controvérsia – relativo ao patamar constitucional de acesso à cognição extraordinária em sede de execução e ao cabimento de honorários na execução individual de sentença coletiva. Consignou, ademais, o recebimento das manifestações apresentadas como memoriais, para exame oportuno pelo colegiado. A pretensão da embargante, em verdade, traduz inconformismo com esse juízo discricionário, o que extrapola o âmbito de cognição dos embargos de

declaração.

Ante o exposto, **não conheço** dos embargos de declaração.

Petição apreciada: id: ec81ef6 - Manifestação.

Publique-se.

Brasília, 11 de dezembro de 2025.

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

